

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 02/2023

SESSÃO SOLENE REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL

- Presidente:** - *Francisco José Esteves*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **10.30 Horas**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:**
- *Carlos Duarte Travanca*
  - *Vítor Manuel Correia*
  - *Orlando Ferreira Pires*
  - *Francisco José Clemente Sousa*
  - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
  - *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*
- Local da Reunião:** - **Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela**

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Senhora Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Secretários Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesia, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

Gostaria de dar-vos as boas vindas a esta Sessão Solene comemorativa do 25 de Abril de 1974.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesia, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

Queria desejar a todos um Dia da Liberdade comemorado com paz, fraternidade e solidariedade e que seja um dia vivido por todos nós com a intensidade que a liberdade nos trouxe no dia 25 de Abril de 1974.

### **Informações da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesia, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

Desejo um feliz Dia da Liberdade com os mesmos votos que o Senhor Segundo Secretário também já informou.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado *Carlos Rafael de Sousa Carvalho* é substituído pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Deputado *Manuel Agostinho Beça de Sousa* é substituído pela Senhora Deputada *Maria Manuela Gonçalves Fernandes*;

A Senhora Deputada *Rita Bárbara Pires Messias* é substituída pelo Senhor Deputado *Paulo Jorge Morais Pontes*;

Informar os Senhores Deputados que, relativamente ao expediente, o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

### **Registo de Faltas.**

*Carlos Rafael de Sousa Carvalho, Manuel Agostinho Beça de Sousa, Ilda Maria Veiga Fernandes, Rita Bárbara Pires Messias, Diana Delfina Santos Costa, Camila Padrão Fraga, Duarte José Ruivo, António Augusto Lopes Alves, Maria Manuela Esteves, Nelson Manuel Sousa Teixeira, Joaquim António Morais Clemente, António André Batista Geraldo.*

### **Apresentaram justificação de Faltas:**

- *Carlos Rafael de Sousa Carvalho*: Sessão de 25 de abril de 2023.
- *Manuel Agostinho Beça de Sousa*: Sessão de 25 de abril de 2023.
- *Ilda Maria Veiga Fernandes*: Sessão de 25 de abril de 2023.
- *Rita Bárbara Pires Messias*: Sessão de 25 de abril de 2023.
- *Diana Delfina Santos Costa*: Sessão de 25 de abril de 2023.
- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 25 de abril de 2023.
- *Duarte José Ruivo*: Sessão de 25 de abril de 2023.
- *António Augusto Lopes Alves*: Sessão de 25 de abril de 2023.
- *Maria Manuela Esteves*: Sessão de 25 de abril de 2023.
- *Nelson Manuel Sousa Teixeira*: Sessão de 25 de abril de 2023.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 25 de abril de 2023.
- *António André Batista Geraldo*: Sessão de 25 de abril de 2023.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

## **Ordem do Dia**

### **1 - Verificação dos Poderes, Identidade e Legitimidade do Eleito – Luís António Santos Tomé.**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Sessão Solene do 25 de Abril da Assembleia Municipal de Mirandela, vai ter que necessariamente, para efeitos legais, começar pelo Ponto de Identificação de Poderes, Identidade e Legitimidade de um cidadão que vai proceder ao preenchimento de vaga neste Órgão Autárquico da Assembleia Municipal de Mirandela.

Com efeito, nos termos do n.º 1 do art.º 47.º, conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, convoca-se *Luís António Santos Tomé*, para o preenchimento da vaga ocorrida por morte, infelizmente, do Membro *José Manuel Trovisco*, eleito na Assembleia Municipal de Mirandela pela Lista do Partido Socialista. Pelo que se chama o cidadão e agora Membro efetivo da Assembleia Municipal de Mirandela, *Luís António Santos Tomé*, votos de um bom mandato em prol das populações e do concelho de Mirandela.

Bem-haja.

----- Procedeu-se de seguida à instalação na Assembleia Municipal de Mirandela, do cidadão *Luís António Santos Tomé*.

### **2 - Sessão Solene do 25 de Abril.**

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

“Assinalamos hoje uma data extremamente importante para a vida de todos nós. O dia em que o Povo investido em vestes militares - ou como disse o poeta *Sidónio Muralha* “*a farda dos homens voltou a ser pele*” - interpretando o sentir e o pulsar geral, saiu à rua, para com a força das armas impor a mudança de regime.

E no dia em que o Povo vestido à civil assumiu a posição de soldado da revolução e saiu às ruas para confirmar Abril.

Dia que marcou o início de uma revolução e o início da aliança entre o Povo e as Forças Armadas. Abril que foi consolidado em Maio por todo o País, onde os trabalhadores e o Povo se manifestaram e com a sua presença marcaram devidamente a sua firme vontade de construir um futuro melhor.

E o que se seguiu foi o esforço incessante de transformar o sonho em realidade, a utopia em vida melhor. Mas este Abril que se fez, este Abril pelo qual lutámos e com que sonhámos, este Abril que teve avanços e recuos, é um Abril que mesmo estando incompleto, permanece vivo nos nossos corações e continua a ser a bússola que nos orienta.

Comemorar abril é expressar palavras que o representam: Comemoração, Festa, Luta, Revolução, Transformação, Solidariedade, Vontade, Mudança, Esperança, Futuro, Progresso, Desenvolvimento, Cooperação, Trabalho, Justiça, Igualdade, Emprego, Saúde, Educação, Amor, Amizade, Confiança, Movimento, Determinação, Habitação, Felicidade, Fraternidade, e no momento atual, Paz! Importar recordar, alguns dos pontos do Programa do Movimento das Forças Armadas:

- A abolição da censura e exame prévio;
- Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação;
- A liberdade de expressão e pensamento, sob qualquer forma;
- Uma nova política económica, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;
- Uma nova política social que, em todos os domínios terá essencialmente como objetivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os Portugueses;
- Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar.

Passados todos estes anos, temos de reconhecer que alguns destes pontos ainda mantêm atualidade, e temos de os ter presentes no posicionamento político sobre os mais diversos assuntos da vida nacional e também da vida internacional.

Por isso, os 49 anos de Abril são assinalados em Mirandela através de um vasto programa comemorativo que inclui, música, exposições e poesia, envolvendo toda a comunidade.

Queremos com esta diversidade marcar o nosso entendimento do que deve ser uma comemoração que é festa mas também luta ao mesmo tempo.

Uma comemoração que evocando Abril, evocando o presente, dando voz e expressão à nossa cultura e identidade, não esquece os que contribuíram para o derrube da ditadura fascista.

Não esquecer que houve fascismo e que agora mais do que nunca, é necessário recordá-lo. Não permitiremos que seja qual for o pretexto se volte ao tempo do pensamento único e se limite a liberdade de expressão.

Sabemos o quão poderosos são os meios ao serviço de quem domina o mundo do ponto de vista económico, político, da comunicação e das redes sociais, mas a massa de que somos feitos, sempre foi o da resistência e da persistência na luta pelas causas em que acreditamos.

Queremos sentir sempre um arrepio de frio para ver a nossa Linda Pátria Feliz, com o orgulho de sermos portugueses, de sermos transmontanos e ao mesmo tempo, solidários com as lutas e causas de outros povos.

Depois de uma pandemia que nos tem dificultado a vida em vários aspetos, e que se acentuou e tornou mais visível a crise económica e social que atravessamos, e que também impactou no relacionamento interpessoal e nos valores da solidariedade e da generosidade, e num período em que já se ia avistando a luz ao fundo do túnel, eis que emerge de novo a crise com as consequências do novo patamar da guerra na Ucrânia.

Consequências que se traduzem no retorno do aumento do custo de vida, nas dificuldades, também para que as autarquias locais possam cumprir os seus compromissos com destaque para a realização de obras e para a aquisição de serviços e uma pressão que desconfia dos autarcas e da vida pública!

Perante a atual situação de crise é necessário tomar medidas excecionais, corrigir rumos, apoiar os que mais precisam, combater as desigualdades, assegurar para as regiões os indispensáveis financiamentos no quadro dos fundos comunitários. É necessário ainda valorizar a responsabilidade e a liberdade, enquanto oxigénio da alma!

Mas como sempre, cá estamos e estaremos para enfrentar as dificuldades, para dignificar as pessoas, a NOSSA TERRA e a nossa REGIÃO!

Somos a favor da descentralização, mas a sua concretização passa desde logo pela reposição da capacidade financeira e de intervenção das autarquias locais, passa pelo reforço geral do Poder Local Democrático, passa pela criação das regiões administrativas.

Da nossa parte continuaremos a assumir no Poder Local de Abril, as nossas responsabilidades e o nosso sonho!

Privilegiando sempre a ligação às populações, aos seus problemas e desenvolvendo os esforços indispensáveis para a sua resolução. Trilhando o caminho do progresso para as nossas populações e para o nosso território, conforme sempre o dissemos.

Num momento de grave crise a nível internacional e num contexto de guerra e de subida de preços na sua escalada, e reconhecendo que a solução das guerras é política e não militar, expressamos daqui o nosso apelo ao cessar-fogo imediato, ao diálogo e a uma solução pacífica, negociada e que garanta a segurança coletiva para a guerra na Ucrânia, tal como expressamos o nosso desejo de que o mesmo aconteça onde quer que haja conflitos no nosso planeta.

Expressamos também quer com palavras quer com as nossas ações a nossa solidariedade com os povos em sofrimento.

O escritor moçambicano *Mia Couto* escreveu que “*Todos os povos amam a Paz. Os que passaram por uma guerra sabem que não existe valor mais precioso. Sabem que a Paz é um outro nome da própria vida.*”

Como eleita numa autarquia local prezo como é evidente para qualquer ser humano, a vida, e uma vida com qualidade, uma vida com felicidade, uma vida com Paz.

Por isso termino a minha intervenção dedicando-a a este tema com a leitura do poema de *Sophia de Mello Breyner*, 25 de Abril.

*“Esta é a madrugada que eu esperava*

*O dia inicial inteiro e limpo*

*Onde emergimos da noite e do silêncio*

*E livres habitamos a substância do tempo”*

O 25 de abril é passado, é presente e é futuro.

25 de Abril sempre!”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesia, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

“É com inestimável honra e orgulho que me encontro aqui, em representação do Grupo Municipal Independente, para em conjunto, comemorarmos pelo segundo ano consecutivo o 25 de Abril de 1974, o seu quadragésimo nono aniversário, por isso felicito a iniciativa.

Esta Sessão Solene tem lugar num momento de muita dificuldade para Portugal e para os Portugueses, e obviamente para os mirandelenses.

Continuamos a viver tempos difíceis. A palavra “crise”, que até há uns meses parecia não existir nos discursos políticos, é agora de novo colocada diariamente como um dado adquirido para um futuro próximo. Com a elevada taxa de inflação, que há muitos anos não se fazia sentir, assim como a subida das taxas e juros, o que agrava em muito o poder de compra de todos os portugueses.

Os valores do 25 de Abril, por ser dado adquirido, são esquecidos, esquecidos de tal forma que, cada vez mais os nossos jovens afastam-se e desinteressam-se da vida política e até do dever cívico de participação na vida democrática do seu país, quanto mais não seja, através do exercício do direito de voto.

Nos últimos meses temos assistido a várias manifestações, de técnicos de saúde e da educação, em liberdade de expressão. Estes são os valores do 25 de Abril, podendo desta forma defender os seus direitos enquanto trabalhadores e das escolas públicas, porque sem elas não haverá educação e consequente formação.

Precisamos de educar os nossos jovens para os valores da democracia. Precisamos de os lembrar que as principais funções da democracia são a proteção dos direitos humanos fundamentais, como a liberdade de expressão.

Precisamos de dizer aos jovens que a democracia, podendo não ser perfeita, ainda haverá muito a fazer, mas é o melhor de todos os sistemas políticos. Temos o dever de lhes transmitir que Portugal não era como o encontramos hoje, e que tal facto deveu-se inegavelmente, à Revolução dos Capitães de Abril e às conquistas subsequentes.

Celebramos hoje os 49 anos de democracia, temos de demonstrar aos outros países, que a ditadura não é solução, após já ter decorrido mais de um ano de guerra, entre a Ucrânia e a Rússia.

A união da Europa começa a dar os primeiros sinais de querer desfragmentar-se, com medo dos países poderosos, nomeadamente dos Estados Unidos da América, Turquia, Rússia e Coreia do Norte. Uma Europa que por medo, pensa cada vez mais fechar fronteiras, impedir a emigração de estrangeiros nos seus países.

Fomos e somos um povo de emigrantes, antes da “mala de cartão”, agora de formação e qualificação superior. Precisamos de ser tolerantes, de dignificar e acolher todos os povos, especialmente aqueles que são obrigados a fugir do seu país, depois de tudo perderem, bens e família, devido ao flagelo da guerra.

Mas a democracia é isto, há oposição, há liberdade de opinião e de expressão, há a luta pelos projetos e opções, que podendo ser de ideias diferentes, tem sempre o mesmo objetivo, trabalhar em prol do bem-estar comum das nossas freguesias e consequentemente do nosso concelho.

Certamente todos temos ouvido falar no famoso PRR, aguardamos da parte do atual Executivo, uma estratégia que vise o estabelecimento de metas e objetivos, de planos e ações concretas, com uma implementação eficaz.

Um plano de investimento, para a habitação e a educação, que Mirandela não tem tido uma estratégia, mais parece um caminho sem norte. O que se espera que venha a ser corrigido com a aplicação dos fundos disponíveis através do PRR.

Com a redução significativa das transferências para as juntas de freguesia e para o tecido associativo, o que nos vai criar uma enorme instabilidade financeira.

A falta de uma aposta concertada, de políticas para o regadio no nosso concelho e ainda, a falta de políticas sociais para os mais carenciados e idosos.

A falta de aposta no desenvolvimento do nosso concelho, tirando partido dos talentos, da criatividade e dos recursos naturais de que dispomos, para competir à escala regional e nacional, lutando pelo nosso concelho que tem particularidades muito especiais e uma riqueza singular.

Finalmente gostaria de deixar uma palavra de reconhecimento e agradecimento a todos os Membros da Assembleia Municipal, em particular ao Exmo. Senhor Presidente e respetivos Secretários, a todos os Presidentes de Junta, pela sua responsabilidade, trabalho e dedicação numa verdadeira participação cívica, ao serviço do seu concelho e dos munícipes.

Termino dizendo que celebrar o passado, mas com sentido de futuro, só assim estaremos à altura do presente que vivemos. O presente exige a todos nós a mesma coragem de há 49 anos, construirmos juntos um Portugal livre e democrático.

Viva o 25 de Abril

Viva o concelho de Mirandela.

Viva Portugal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesia, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

“Aqui estamos a celebrar a Revolução de Abril. Aqui estamos a comemorar o 49.º aniversário desse acontecimento ímpar da secular História da pátria portuguesa. Essa realização grandiosa da vontade do nosso povo de afirmação de liberdade, de emancipação social, de soberania e independência nacional.

Quase seis milhões de portugueses nasceram depois de 25 de Abril de 1974. Não viveram Abril, não viveram a Revolução, mas têm-na em si gravada, presente nas suas vidas, por muito que haja quem queira apagar a memória e negar o que Abril nos trouxe.

A instauração de uma ditadura fascista em Portugal durante 48 anos, deixou marcas profundas na sociedade portuguesa. Foram anos de obscurantismo, de repressão, de cerceamento das liberdades mais básicas.

Foram décadas da nossa vida coletiva, em que ao povo foi imposto um regime por via da força, do medo, da fome, da miséria, da morte. 48 anos de atraso civilizacional, mas o fascismo foi mais que um regime de opressão, foi também a expressão organizada do poder do Estado ao serviço dos monopólios e dos grandes agrários que sujeitavam os trabalhadores e o povo à exploração e o País ao atraso.

O fascismo marcou de forma profundamente negativa o desenvolvimento do País:

A generalidade do povo português passava fome, não tinha assistência na doença;

A taxa de mortalidade infantil era das mais altas na Europa;

A escola era apenas para alguns, os mais ricos ou pequenas franjas que conseguiam romper o bloqueio no acesso à educação escolar;

Havia desemprego em larga escala e a exploração era de tal dimensão que muitos pagaram com a própria vida o risco de trabalhar;

Ir para a guerra colonial era uma etapa anunciada na vida de cada jovem;

Os direitos das mulheres não existiam;

Os direitos no trabalho só se conquistavam com a tenacidade e a força da luta reivindicativa;

A liberdade de organização era profundamente condicionada, ou não existia.

Quem se opunha ao regime fascista, quem lutava pela liberdade e a democracia, pela melhoria das condições de vida, pela paz estava sujeito à repressão, à discriminação, à prisão, à tortura e à morte.

Se há democracia em Portugal desde 1974, ela deve-se a quem resistiu e a quem resiste sempre, de forma permanente, sem desistir. E aqui Senhoras e Senhores Deputados, não posso, não podemos deixar de sublinhar o papel que a História reconhece ao PCP e à sua persistência e resistência, na repressão, na luta contra a ditadura e pela democracia, cujas portas o 25 de Abril abriu e que a Constituição de 1976 veio consagrar.

Não foi só ele, longe disso, que resistiu e ajudou a resistir, mas nenhum outro movimento político que lutou pela democracia se manteve ativo, e pagou com a vida dos seus militantes o preço da repressão, como o PCP se manteve. Um Partido que sempre esteve, como hoje está, na defesa dos interesses nacionais, dos direitos de quem trabalha, da liberdade e da democracia, contra a guerra e pela Paz.

Um Partido que se orgulha de ser obreiro da Revolução de Abril e dos seus valores.

Com a Revolução de Abril, que comemoramos hoje aqui, abriu-se o caminho à liberdade e à democracia. A libertação de Portugal do fascismo, foi obra de uma revolução antifascista e que operou profundas transformações progressistas na sociedade portuguesa. Foi uma Revolução Democrática e Nacional.

A Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Assembleia Constituinte em 1976, é o retrato do que foi a transformação revolucionária de Abril e define os elementos e princípios fundamentais do Estado português.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Foi nesse período de significativos avanços, resultado da força emanada da vontade popular, que se conquistaram direitos sociais, políticos, económicos e culturais: liberdade de imprensa, de associação e reunião, de manifestação.

Organização democrática do Estado;

Nova estrutura económica libertada dos grandes grupos monopolistas;

Realização da Reforma Agrária;

Criação do Serviço Nacional de Saúde gratuito, o ensino básico e universal, obrigatório e gratuito e o estabelecimento progressivo da gratuitidade de todos os graus de ensino na escola pública;

Estabeleceu-se o Salário Mínimo Nacional, os aumentos dos salários, atualização das pensões e abono de família, redução dos horários de trabalho, criação do subsídio de desemprego, proibição dos despedimentos sem justa causa, subsídio de férias, o subsídio de natal e o estabelecimento para as mulheres de licença no período de maternidade;

A limitação das rendas;

O direito à habitação;

O fim da guerra colonial e consequente independência dos povos e países submetidos ao colonialismo;

Institucionalizou-se o poder local democrático; conquistou-se o acesso e a democratização da cultura;

Combateu-se o analfabetismo;

Deram-se passos fundamentais na defesa da soberania nacional, com as nacionalizações dos setores estratégicos, a reforma agrária, que permitiu por a produzir centenas de milhares de hectares de terras incultas.

Muitas destas profundas transformações progressistas foram primeiro concretizadas na prática e só posteriormente legitimadas pelo poder. Para isso foi determinante o amplo movimento de luta e reivindicação da classe operária, dos trabalhadores e das massas populares.

Tantos avanços, tantas conquistas. Sucessivos governos da responsabilidade do PS, PSD, CDS e a política de direita efetuada por estes, no processo contra revolucionário que dura desde 1976 até aos dias de hoje, têm vindo a desferir ataques a essas conquistas.

Ataques consagrados e institucionalizados por sucessivas alterações à Constituição da República de 1976, visando criar condições para o restabelecimento do domínio do capital monopolista, com a privatização de setores estratégicos da economia, a que se somaram a eliminação e subversão de direitos conquistados pelo povo português, a liquidação de direitos dos trabalhadores com o consequente aumento da exploração, a facilitação dos despedimentos, a generalização dos vínculos precários, sucessivas violações

do direito à greve, limitações da organização sindical e intervenção sindical nos locais de trabalho, bem como a liquidação de direitos sociais, como ataque ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública, e a negação do acesso à Justiça.

Décadas de políticas de direita que ficam marcadas pela entrega de serviços públicos ao setor privado e à sua ganância pelos lucros, mas também pela degradação da democracia política e a promoção de projetos reacionários e fascizantes, pela instalação do compadrio e da corrupção no aparelho de Estado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Também a integração do nosso País na então Comunidade Económica Europeia antecessora da atual União Europeia serviu os objetivos das forças contra - revolucionárias, que viram nelas novas armas, novas forças e novos pretextos para a recuperação capitalista.

Hoje, mais de 30 anos passados sobre a inserção do País no processo de integração capitalista da União Europeia e 20 anos sobre a adesão ao euro, os resultados estão a vista: Portugal está mais pobre, com taxas de crescimento residuais desemprego estrutural e défices inimportáveis (alimentar, energético). Os constrangimentos impostos pela UE e pelo euro, ao serviço dos grandes monopólios e potências europeias, não permitem alterações de fundo a esta situação se não vejamos:

- Desde a entrada de Portugal na CEE, a indústria passou de responsável por 27% da riqueza criada para apenas 13%;
- O Saldo da Balança agroalimentar, incluindo o pescado chegou aos 5 mil e duzentos milhões de euros negativos, mas só no agroalimentar já passamos os 4 mil milhões. O défice nos cereais ainda é mais assustador, este inverno registámos, novamente, a menor área de sempre;
- A privatização e a entrega ao capital estrangeiro de empresas e setores estratégicos fizeram sair do País, só no primeiro semestre de 2022, mais de 17 mil milhões de euros em dividendos;
- Temos a 3.ª maior Zona Económica Exclusiva da EU e Importamos 70% do peixe que consumimos;
- Desde a nossa entrada na CEE (1986) foi destruída 66% da nossa frota pesqueira. Nos 35 anos da PAC (Política Agrícola Comum), e 49 anos de políticas de Direita;
- Perdemos mais de 400 mil explorações e 550 mil empregos agrícolas, pessoas que trabalhavam no campo, com graves consequências no défice da balança agroalimentar, no abandono do mundo rural e na dimensão dos incêndios;
- Desde a adesão ao euro, foram abandonados 700 mil hectares de produções agrícolas;
- O PIB agrícola desceu de cerca de 8% para 2.5%;
- Desde a adesão ao euro a nossa dívida pública passou de 50% para 120% do PIB.

Há muito que o PCP e os seus aliados da CDU afirmam que o país precisa de se libertar das amarras que condicionam o seu direito para um desenvolvimento soberano e adaptado às suas condições.

Assinalado o momento em que já vivemos mais dias de liberdade depois da Revolução, do que o tempo que durou o fascismo em Portugal.

Assinalável data que, para lá do tempo, requer ter presente que a liberdade não é palavra vã e que a defesa do regime democrático e da Constituição da República que o consagra, impõe que os democratas se empenhem nesse objetivo.

Ao iniciar-se o programa de comemorações oficiais dos 50 anos da Revolução de Abril, em que vão começar iniciativas oficiais, pelo que vai sendo conhecido, corre-se o sério risco de reescrever a história, branquear o passado fascista, denegrir a Revolução de Abril, justificar e absolver a política antidemocrática da contra revolução que conduziu o País à situação atual.

As próximas comemorações promovidas pela comissão dos 60 anos da luta estudantil de 24 de Março de 1962 é bem o exemplo que justificam estas alertas, quando omitem ou procuram ocultar o papel do PCP na organização da luta estudantil.

As comemorações deste ano da Revolução de Abril, assumem um particular relevo e deverão constituir uma forte afirmação da validade dos ideais de Abril, de defesa do regime democrático consagrado na Constituição da República, de luta pela liberdade, a democracia e a paz.

Hoje, como sempre, cá estaremos para dar o nosso contributo para a unidade dos democratas e patriotas, para a unidade dos trabalhadores e do povo na luta pelas suas condições de vida, afirmando o Ideal Comunista, de transformação social, dos direitos e liberdades, da luta por uma política alternativa Patriótica e de Esquerda, por uma Democracia Avançada vinculada aos valores de Abril, na luta pelo Socialismo.

Uma política alternativa que tem por objetivos centrais:

A valorização dos salários e pensões;

A valorização das carreiras e profissões e a defesa dos direitos de quem trabalha;

A promoção e valorização da produção nacional e a recuperação para o controlo público dos setores e empresas estratégicas;

Defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, designadamente, o direito à educação, o direito à habitação digna, à saúde e à proteção social;

Adoção de uma política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e das pequenas e médias empresas e tribute fortemente os rendimentos do grande capital, os lucros e a especulação financeira, que rejeite a submissão às imposições do euro e da União Europeia recuperando para o País a sua soberania e independência nacional.

Estes milhões de portugueses que nasceram depois do 25 de Abril exigem que a riqueza seja distribuída de forma justa, permitindo uma vida digna a todos, contra a acumulação obscena de alguns, muito poucos, que fogem aos impostos e à justiça ao mesmo tempo que dizem que "não é tempo para reivindicar".

O povo português precisa de um Estado ao seu serviço, que cumpra a missão de desenvolver o país, elevar as condições de vida, alcançar o pleno emprego, repartir a riqueza e afirmar a soberania.

Travamos a batalha pela defesa dos valores mais humanos e mais essenciais, de liberdade e democracia, de igualdade e solidariedade. E não calamus que a pobreza e a miséria, a precariedade e o desemprego são inimigos dos valores de Abril. Que a desesperança é o contrário do caminho de Abril. Que a impunidade da corrupção, dos crimes económicos e financeiros, dos buracos da Banca, da utilização indevida do erário público são afrontas à democracia. Que o seu maior inimigo é a subjugação do poder político pelo poder económico e a sua fusão num só.

Continuamos a lutar com a convicção de que o povo unido jamais será vencido.

Comemoramos hoje o 25 de Abril dia da liberdade com a certeza, porém, de que, mais que evocá-la é necessário praticá-la, renová-la e enraizá-la.

25 de Abril sempre.

Viva Portugal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesia, excelentíssimas Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

“É esta, segundo creio, a terceira vez, que me é lançado o desafio (porque de desafio se trata) para, na circunstância da comemoração do 25 de Abril, aqui proferir algumas palavras de circunstância é isso que vou tentar fazer, naturalmente de forma desprentensiosa e modesta.

Com a nota prévia de que em todas as vezes, e porventura ainda mais nesta ultima (seguramente será a última por força da marcha inexorável do tempo) fui confrontado com naturais dificuldades, por isso que não é fácil, ao menos para mim, falar do 25 de Abril, quer pelo muito que já se disse e o muito que ainda se dirá sobre o tema, quer pelas diversificadas matérias com ele conexas, quer pelas diferentes perspetivas em que a abordagem pode ser feita.

E outrossim, repetindo uma ideia já aqui aflorada noutra oportunidade, pelo risco que se corre na abordagem que por vezes se faz, na exata medida em que pode acontecer que se transmita para as gerações mais recentes, que não viveram o evento, que até já nasceram muito depois, apenas a ideia de que a efeméride, se resume a algumas manifestações festivas que a propósito ocorrem., como esta que ora vivemos ora isto seria, obviamente, defraudar completamente o sentido da história, escamotear o essencial e, por consequência, prestar um mau serviço a essas gerações mais jovens.

Afigura-se-me assim útil fazer uma abordagem do 25 de Abril em nome do futuro do nosso povo que construiu a sua história, a nossa história.

Sem, naturalmente, renegar o passado e a experiência, até porque as glórias e processos do passado, podem e devem ser acarinhados e honrados na memória de todos e cada um, mas não podem ser uma âncora que impede o movimento, antes devem ser uma vela que aproveite os novos ventos da história na partida para os futuros possíveis que estão ao nosso alcance, há que ler a história sem devoções acríticas e sem derrotismo.

Parece, de facto, útil recordar o passado mais distante, tarefa que se impõe, sobretudo, àqueles a quem cabe fazer a história, que entendem dever existir um certo distanciamento em relação aos factos históricos, sendo que no caso já decorreram 49 anos e a história só será bem-feita se não faltar a coragem para passar o testemunho, havendo exemplos que devem repetir-se e erros que devem evitar-se.

Senhor Presidente.

O 25 de Abril surgiu como um movimento de esperança, onde a liberdade emerge como valor maior.

Outrossim o princípio da igualdade, constitucionalmente consagrado é erigido a princípio fundamental, que não consente a coexistência de portugueses de primeira e de segunda classe.

Volvidos estes anos, e ponderando a criação dos Órgãos Autárquicos, no seu modelo atual, importa refletir se o 25 de Abril se cumpriu na sua integralidade.

Talvez em poucos lugares como aqui, Mirandela, distrito de Bragança ou Nordeste Transmontano, como se queira, se possa afirmar com todo o rigor e inteira propriedade, que falta ainda cumprir pelo menos um dos "des" (desenvolvimento) e parece apolítico que no Nordeste Transmontano não se cumpriu, pelo menos o "d" (desenvolvimento) de facto Bragança, ou o Nordeste Transmontano são sistematicamente referidos, em todos os lugares, como exemplo de atraso e subdesenvolvimento e tanto assim é que frequentemente se fala, e com propriedade, em assimetrias regionais, discriminação, abandono que aqui encontram a sua maior expressão:

A desertificação depara-se como uma fatalidade inultrapassável, não havendo políticas que tenham virtude para fixar os nossos jovens à terra onde nasceram, acabando por terem de demandar as terras longínquas do litoral ou o estrangeiro, o que, face à incerteza do futuro, justifica grande parte da inquietação da nossa juventude.

Como alguém dizia a juventude está "justificadamente inquieta", porque a distância entre o mundo real e o mundo apregoado parece um abismo, o abismo que separa a paz apregoada da paz real, a justiça proclamada da justiça efetiva, a vida prometida da vida sofrida. Mas as palavras lá estão em todas as bocas: direitos do homem, justiça social, democracia e vontade nacional. Sempre as mesmas palavras e todavia cada vez maior distância entre o real e o apregoado. Menos paz no mundo, menos justiça, menos ética. E cada vez maior a necessidade de ouvir os poetas e de saber que por dentro das coisas é que as coisas são. As autarquias, porventura como forma de as silenciar, vão-se atribuindo algumas competências sem que estas sejam acompanhadas dos indispensáveis meios para as realizar.

Aqui nós, os eleitos para este Órgão Autárquico, para honrar o 25 de Abril, temos de considerar que este é o palco por excelência de debate político, debate e confronto de ideias, análise e reflexão de diferentes projetos que sejam apresentados. Importa discutir e debater na divergência, de forma independente, com elevação, sem preconceitos, nem complexos.

A maior força que cada um de nós pode ter é a força da verdade, a convicção com que a transmite, sendo excelente se a mensagem conseguir passar.

Parece inequívoco que se tem verificado alguma apatia por parte do apelidado poder local, perante decisões do poder central, com as quais se conforma, que aceita passivamente, porventura por inibição ideológica, até decorrente da circunstância de se pertencer à mesma família política, não obstante seja de meridiana evidência, que tais decisões nos afetam de forma clara e escandalosa, tem faltado capacidade para mobilizar a sociedade civil e reivindicar, naturalmente de maneira civilizada mas firme e convicta, aquilo a que se tem inegável direito. Sendo, contudo, da mais elementar justiça reconhecer aqui, que foram os Órgãos locais, no pós 25 de Abril que mais contribuíram pela sua dedicação, pelo seu empenho, pelo conhecimento dos problemas e anseios dos seus municípios e fregueses, para algum progresso e melhoria da qualidade de vida. Tenha-se em conta o que nos primórdios se realizou nas nossas aldeias, designadamente ao nível do saneamento básico, da eletrificação que foi levada aos lugares mais recônditos, das comunicações, etc. mas há que reconhecer que foi pouco, muito pouco. Mas não foi por culpa própria e se é grave que nada, ou quase nada nos seja dado, já é inadmissível que nos tirem aquilo que os nossos maiores nos legaram.

Importa lembrar, por exemplo, no que a nós diz respeito, que nos tiraram (diria roubaram) a linha do Tua (porventura a mais bela da Europa se não do mundo, o que foi feito de forma subtil, paulatina, nas costas do povo, começando por se abandonar a manutenção da via para que as composições (elas próprias decrepitas) tivessem de circular a velocidade que não lhes permitia cumprir os horários.

E então entravam os transportes rodoviários, de empresas previamente selecionadas, cujos interesses assim se protegiam e a extinção da linha formalizou-se através de um protocolo assinado pelo então Ministro do Equipamento Social, Arquitecto *Rosado Correia* e as Câmaras do distrito, com exceção da de Vinhais, recebendo em troca (passe-se) duas pontes, ou seja a ponte que liga Izedo a Santulhão e a ponte de Brunheda.

Não há aqui nenhum sentido de Estado. Trocar a linha do Tua por duas pontes, é uma coisa caricata. Importa ainda considerar o golpe dado na saúde, como que liquidando o hospital de Mirandela, que era uma referência para a região e que servia mais de cem mil pessoas, e que hoje é um pobre arremedo do que então era.

A CUF foi também, conseqüentemente, eliminada.

A Direção Regional foi sendo paulatinamente desmantelada.

O Cachão, obra de um homem que se chamava *Camilo de Mendonça*, e que dava trabalho a cerca de mil pessoas, foi pura e simplesmente pulverizado.

Ora isto não pode tolerar-se, é demasiado grave. Foram centenas, senão milhares, de postos de trabalho que se perderam e jamais se recuperaram e perante isto não se viu reacção adequada.

E quem lucrou com isto? Para mim é inequívoco que não foi Mirandela e/ou os mirandelenses, nem o nordeste falta, diz-se, poder político ou peso político e de facto quando ele existiu, o tal peso, (para isso tem de recuar-se ao tempo do Dr. *José Gama*) Mirandela sofreu um surto de desenvolvimento e progresso notável que a transformou radicalmente e a tornaram mais conhecida e até invejada.

Então as obras surgiam a um ritmo alucinante e hoje florescem promessas que não se cumprem o argumento de que muito se fez (e que é verdade) não pode ser utilizado, como muitas vezes se faz, para silenciar o que não foi feito e devia ter sido e aquilo que nos foi subtraído sem razão que se entenda e sem contrapartida alguma, ora, repetindo o que noutra oportunidade referi, e que infelizmente mantém plena actualidade:

Afigura-se que todos estaremos de acordo que importa fazer, além do mais, o seguinte:

- Conseguir para os mais novos um equilíbrio justo entre expectativas, esforço, capacidades e oportunidades;
- A reforma dos sistemas sociais, em nome da solidariedade;
- Apoiar a família e reforçar a classe média;
- Apoiar verdadeiramente a agricultura e os agricultores;
- Transformar a igualdade de oportunidades numa realidade, em vez de mera declaração de intenções;
- Atacar os fatores que conduzem ao desemprego;
- Combater, de facto, a droga e todas as formas de dependência.

Posto isto, é oportuno recordar que vivemos num país livre, sem garrotes, sem medos e sem pressões, pelo que, assumindo a responsabilidade política de exercer o mandato que nos foi conferido através do voto válido e livremente expresso, para defesa dos interesses que nos foi confiada não podemos demitir-nos de levantar a voz quando entendermos que é o superior interesse de Mirandela que está em jogo.

Não poderemos desistir de denunciar todas as situações que são eco e preocupação da esmagadora maioria dos mirandelenses.

Nós não negociamos o silêncio, nós não contrabandeamos a seriedade, nós não andamos com compadrios às costas, as nossas intervenções aqui serão sempre balizadas pelo rigor e seriedade, é assim a democracia, é assim a liberdade.

Senhor Presidente.

Ao invocar o 25 de Abril, com toda a pertinência, importa considerar que, do nosso ponto de vista, Portugal se encontra como que numa encruzilhada da sua vida política.

Os sinais que nos chegam são deveras preocupantes.

É evidente o descontentamento generalizado dos portugueses, que se estende a todos os domínios da atividade, desde a saúde à justiça, à educação, à agricultura, que a nós afeta sobremaneira, aos serviços, que não funcionam ou funcionam mal, etc.

É fundamental que se mantenha a estabilidade que permita a um Governo durar pelo período de uma legislatura, em vez da instabilidade, de que já se vêm alguns afloramentos, e que só gera atos eleitorais a um ritmo de poucos anos, paralisa o Estado e instala a desconfiança nos cidadãos.



Afigura-se que se vai instalando algum descrédito quanto ao funcionamento das instituições, o que tem de evitar-se e também se vem demonstrando a distância que existe, cada vez maior, entre o sistema político e as necessidades da sociedade civil, que o Estado tem de servir. (repito: o estado tem de servir) flui do exposto que o 25 de Abril, a democracia têm sido, e estão a ser, muito mal tratados alguém dizia que, parece apropriado, num partido democrata cristão, lembrar a bíblia e recordar que nela, entre as coisas que Deus fez e viu que eram boas, não se encontra o Estado.

Este foi obra humana para servir os homens e por isso, porque somos personalistas temos de tentar entender e conduzir esta criatura que mostrou em todos os tempos uma perigosa tendência para se tornar independente do criador, para o subordinar, para degenerar e inverter a relação de serviço.

Senhor Presidente

O país não está bem e o distrito de Bragança, o Nordeste Transmontano é seguramente a região mais desfavorecida.

O mundo estará ainda pior, em períodos de eleições todos o reconhecem e apressam-se a fazer um rol imenso de promessas, as mais irrealistas, em que nem eles próprios acreditam, mas os mais incautos e de boa-fé, tradicional num transmontano ainda vão acreditando.

Mas chegados aos Órgãos de soberania e também aos Órgãos Autárquicos, rapidamente se esquecem do que prometeram quando mesmo não afirmam que muito se fez em Trás-os-Montes, o que se traduz num atentado à nossa inteligência.

Esta personagem, que foi para Lisboa e rapidamente se esqueceu das suas raízes, foi há muito bem retratada por *Camilo Castelo Branco* no seu romance (A queda de um anjo) cuja leitura se recomenda.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou concluir como há um ano:

São longos, estreitos, e penosos os caminhos que conduzem ao futuro que ambicionamos para aqueles que nos seguem, os nossos filhos, netos e bisnetos, e que eles inegavelmente merecem.

E o tempo não é muito quando se fala no 25 de Abril pensa-se, seguramente, em democracia e liberdade.

Dir-se-ia que 25 de Abril é sinónimo de liberdade.

Liberdade que não pode ser uma simples palavra, mas algo mais que tenha expressão prática e encontre a sua manifestação mais eloquente no respeito pela liberdade dos outros. Dramaticamente, nos tempos que correm, nunca esta palavra foi tão mal tratada, assistindo-se a um verdadeiro retrocesso civilizacional, em que nenhum direito se respeita e desde logo a liberdade nas suas diversas manifestações, incluindo a liberdade de viver.

As imagens que nos entram em nossas casas são de verdadeiro horror, uma autentica *barbárie*.

Felizmente nós vivemos em democracia.

Democracia que não é conservadora, nem revolucionária, nem popular, nem elitista.

Ou é democracia, ou não é.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesia, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

Que lindo, que linda atuação da nossa Escola Esportoarte, que turma e que alunos tão lindos, sendo eles um excelente hino ao 25 de Abril.

Um cumprimento especial a um aluno que eu já encontrei aqui e também ao meu Diretor que também nos deu o gosto da sua presença e é por aqui que devem andar.

“Iniciando o tema, talvez seja pertinente voltar a pôr aqui a questão mil vezes colocada: por que é que aconteceu o 25 de Abril de 1974?

Será que caiu do céu aos trambolhões?

Foi obra do acaso?

Não!

Aconteceu, porque Portugal e os Portugueses viviam oprimidos e sem liberdade. Viviam inconsolavelmente com fome, com miséria, com guerra colonial e sem leis morais.

Daí que, volvidos 49 anos, estejamos aqui a festejar este marco histórico, que reergueu Portugal, que restituiu a dignidade ao povo português, pelas mãos altruístas e corajosas dos jovens Capitães de Abril, que numa ação militar de características hercúleas, derrubaram o regime ditatorial, que durante 5 décadas, vinha subnegando ao povo Português, a sua, a nossa - LIBERDADE.

- O que é para cada um de vós a liberdade?

O que vale a liberdade? Quanto vale a liberdade para cada um de vós se de repente soubessem que a iriam deixar de a ter?

O que estariam dispostos a fazer?

Certamente, a lutar! Pois já não sabemos viver, senão deste modo.

Lutaríamos convictamente por nós, mas também pelos anseios e expetativas dos nossos filhos, pelas gerações futuras e pela soberania de Portugal e pela Nação.

Mas, mais que lutar na guerra, lutemos todos os dias pela LIBERDADE e pela DEMOCRACIA. E temos lutado tão pouco.

De facto, o princípio da condição de vida do ser humano é ser um homem livre. E viver em liberdade é ser autêntico. E ser autêntico é tão bom! Pena é que, neste mundo contemporâneo, existem ainda milhões e milhões de pessoas que vivem privadas de sua liberdade, sem livre-arbítrio, sem ter tão pouco a possibilidade de escolher entre o bem e mal.

Por isso, quando proclamamos a palavra liberdade temos que sentir o seu peso para lhe dar o devido valor.

Pelo que, mais uma vez, e nunca será demais, enalteçemos os homens e mulheres, que construíram este dia maiúsculo, o 25 de Abril, também, hoje, vivamente brasileiro e ucraniano.

Também, liberdade não pode significar libertinagem, como muitos jovens querem crer e assim viver. Os jovens de hoje dão a liberdade por adquirida, porventura sólida, mas que está longe de ser eterna. Não devem abster-se de votar no dia das eleições, que cada vez mais se afastam, e de forma bastante radical para ambos os extremos.

Aos mais novos tem que ser lembrado, que o 25 de Abril de 1974, transformou-se rapidamente e se converteu em Revolução e numa Revolução para a vida.

Que 25 de Abril de 1974, festejamos hoje e neste ano civil de 2023?

- Os ganhos de qualidade de vida a favor dos portugueses são tão evidentes e estão à vista de toda gente, quer desde educação, à habitação, à saúde, quer nas conquistas do direito dos trabalhadores, os direitos das mulheres, os direitos à greve, enfim, foram tão ricos e diferenciados que ninguém hoje usará dizer que o golpe militar e político do 25 de Abril de 1974, não valeu a pena ser vivido.

Jovens e menos jovens, “Viva a Revolução dos Cravos de 74”, feita de muitas revoluções que não podem parar.

Há um ano atrás, neste mesmo dia, discurssei nesta Assembleia, onde vos falei dos 3 D's, do 25 de Abril, o 1.º D - a Democracia, o 2.º - Descolonizar e o 3.º D - o Desenvolvimento.

A Descolonização, foi entre 1974 e 1975, se bem ou mal culminou na independência de Estados irmãos na língua e em tanta mundividência; A implementação da Democracia, foi realizada por fases, sendo decretada oficialmente em 1976. O D do Desenvolvimento foi conseguido muito à custa da forte alavancagem com Integração de Portugal na Comunidade Europeia em 1977 e formalizada em 1985.

O que dizer deste processo. Certamente, inacabado e à luz, dos mais frágeis de hoje a merecer grandes críticas, muitas desilusões, muitos deles sem perspetiva de vida, sendo mesmo obrigados a emigrar.

Que ideais do 25 de abril devemos festejar hoje, quando Portugal mergulha novamente numa crise profunda. Com a sua economia a derrapar e com taxas de inflação elevadas, na ordem dos 7%, com o Governo apenas a aumentar os salários da função pública 0,9% mais 1% recentemente, quando os ordenados do setor privado, cresceram 3%, condenando os portugueses a viver novamente em austeridade. O direito à greve, senão a mais emblemática conquista de Abril, é combatido com a nomeação dos serviços mínimos, obrigando funcionários de determinados setores do trabalho, a estarem à data de serviços mínimos ininterruptamente há cerca de 2 meses.

Se dúvidas existissem, é observar o povo na rua a manifestar-se, contra as políticas do Governo, em áreas tão importantes, como a saúde, onde o SNS já não trata todos por igual, faltando médico de família a 1,6 milhões de pessoas, a educação, com toda a comunidade educativa a reclamar mudanças urgentes no sistema, na justiça, que deixa criminosos por julgar, como no setor empresarial do Estado, onde o caso TAP, coloca a nu a qualidade dos nossos governantes, no qual para ser ministro basta ter cara de safado, que com a maior das desfaçatezes do tamanho da democracia e liberdade, colocam em causa o sistema político vigente, desta 3.ª República, conquistada no dia 25 de Abril de 1974.

De facto a história repete-se. No álbum das memórias do 25 de Abril de 74, recordo, que em 1975, um grupo de portugueses que tinham ideais de direita foram cercados no Porto, no Palácio de Cristal, por gentes que lutavam pelo socialismo de esquerda, e passados 48 anos, o Partido Socialista, que resolveu festejar os seus 50 anos de existência, no Palácio de Cristal, no Porto foram eles agora, os socialistas, sitiados no mesmo local por manifestações em luta a gritar bem alto “Basta”, a esta política de desgoverno, sob pena de conduzir Portugal para a lama, para a 4 banca rota, pela mão de governos PS de má memória.

Os portugueses, hoje, sabem que quem se mete com o PS empobrece.

Relembro os presentes, que o PS nos últimos 28 anos governou 21 anos, e chegados aqui, é bem verdade que o PS precisa de pobres, porque são sua a principal clientela política para fins eleitorais, passados, pasme-se, 49 anos de democracia. Que suplício o nosso!

Eu sei que há algum incómodo nas cadeiras de esquerda, eu lembro que em 09 de maio de 1985, quando o Presidente *Mário Soares* convidou o Presidente *Ronald Reagan* para intervir na Assembleia da República, observando que algumas cadeiras estavam vazias, ele respondeu: “*Parece que as cadeiras de esquerda são mesmo desconfortáveis.*”

Senhor Presidente da Assembleia.

Este é o 25 de abril que festejamos hoje, em Portugal.

Mas Senhor Presidente, que 25 de Abril temos para festejar no dia 25 de maio de 23, feriado municipal em Mirandela.

Senhor Presidente, não vou falar dos comboios em Mirandela, que deve ser o último lugar do mundo, onde os comboios são arrecadados em tendas de festas, tendas essas, que dariam muito jeito aos Finalistas de 2023, para realizarem o seu baile anual, pois tiveram que andar a tapar a preto e sem jeito, as paredes e o teto do pavilhão Reginorde, a fim de criarem algum aconchego e não ficar mal nas fotografias, isto acontece nesta cidade, passados 49 anos de democracia e de fundos comunitários distribuídos a rodo pela nossa terra.

Mas Senhor Presidente, sobre crescimento e desenvolvimento do concelho de Mirandela, devo dizer, que aguardamos todos com grande expectativa, pelo resultado final dos 39 milhões euros orçamentados e consagrados para o famigerado desenvolvimento volvidos seis anos de governação e que a Senhora Presidente, será avaliada, não pelo que é, mas pelo fez.

Sobre dia D - da Descolonização, uma vez despovoados, antes fossemos colonizados por povos imigrantes, cumprindo-se assim, Abril, com os mirandenses a conviver sadiamente num contexto multicultural, não fossemos nós um povo viajante pelo mundo, terra de emigrantes e de liberdade.

Mas Senhor Presidente, era aqui que queria chegar na minha intervenção, no qual chamo atenção a esta Assembleia, e que de forma reiterada afirmo, que o D da Democracia, vivido pelo povo mirandense não está a ser gozado de pleno direito, visto que, este

Executivo de esquerda que nos preside, especializou-se no último ano em censurar, com “lápiz azul”, como no tempo do fascismo e como os fascistas faziam bem, qualquer discussão com os mirandelenses nos seguintes temas:

- censurou dos mirandelenses, todo o conhecimento sobre o Parque Rupestre da Serra dos Passos, que julgamos passível de suficiente riqueza para merecer classificação da UNESCO;
- abafou dos mirandelense o esclarecimento público devido, sobre a exploração de lítio determinada para a zona norte do concelho;
- e não foi competente, ao nível das políticas das infraestruturas básicas, no estabelecimento de contactos e de informação fornecida às populações do meio rural e da cidade, sobre a revisão PDM de Mirandela, em curso;

Senhor Presidente, estes temas, a fazer crer, já sepultados não democraticamente no Palácio dos Távoras, só ser possível com a convivência política dos Senhores Vereadores, é só olhar para a cara deles, ou se comportaram como túmulos caídos, ou como de síndrome de *Peter Pan* sofressem, porque tiveram medo de crescer, pelo desenvolvimento local e pela qualidade do 25 de Abril de 1974, em Mirandela, depois de recusarem serem nomeados Vice-Presidentes, em regime de rotatividade, deixando a Senhora Presidente a falar sozinha.

Senhor Presidente, é demasiado burlesca, para não dizer fascizante, esta última forma de fazer política, vinda de um Executivo socialista, a fazer levantar do chão, tantos camaradas, que pintaram paredes, colaram cartazes, tendo muitos pago com a sua própria vida, no combate dos ideais de liberdade, metidos agora, de forma radical socialismo na gaveta.

Senhor Presidente, as preocupações não terminam por aqui, porque nos preocupa que 25 de Abril de 1974, viveremos no dia 25 de maio, dia do feriado municipal, quando este Executivo PS tem cada mais tribunal na Câmara e pessoas e emprego a menos na rua.

Caso o Tribunal venha a proferir sentença desfavorável aos interesses da Câmara sobre a derrocada do *Lidl*; Se for *ad aeternum*, a resolução do problema da obra dos CTT da zona industrial, mais o problema da instabilidade da Ponte *Machado Vaz*, sobre o rio Tua, obra a realizar por conta do Município, Senhor Presidente, era uma vez uma Câmara, mas que fazer no presente, quando o passado foi grandioso, só posso esperar que dele ganhem as forças necessárias para não perecer defronte das primeiras dores da governação.

Senhor Presidente que 25 de Abril de 74, teremos nos anos 2023, 24, 25, e anos subsequentes por conta da edilidade?

Mirandela conhecida por terra de boa gente e de inolvidáveis pergaminhos, tornou-se nos últimos tempos, produtoras de tantas notícias negativas, que só nos podem prejudicar no futuro, no afastamento e fixação de pessoas, de turistas e de investimento privado.

Mirandela, terra rica de gente humana, com história, terra de valores e de património singular, é terra de festas e tradições, quase tudo por oferenda da entidade maior, que é a Câmara Municipal de Mirandela e daí a sua importância.

Senhor Presidente, face aos desafios do futuro, a Câmara Municipal de Mirandela tem de continuar na sua forma perfeita e imaculada na sua capacidade de realizar os sonhos dos mirandelenses, sendo ela, tão só, o melhor símbolo institucional da conquista de Abril de 74 - O Poder Autárquico Democrático, o poder mais próximo das populações, daí a sua importância.

Tomar a palavra nestes dias comemorativos de efemérides, devo dizer que sinto uma enorme responsabilidade, pois tudo vai ficar gravado.

E interrogo-me muitas das vezes sobre o nosso legado, a deixar às gerações vindouras.

Porque festejar efemérides, é festejar conquistas, que claramente modificaram para melhor o dia-a-dia das nossas populações.

Comemorar efemérides, pelos seus motivos e razões é difícil gerar consensos.

Festejar o 25 de Abril de 74, sentimos que por vezes ser fraturante, como se a data fosse somente dos partidos de esquerda.

Festejar o 25 de Novembro, agrada mais aos de direita e nada à esquerda trabalhadora, derrotada dos seus intentos, de derrubar a ditadura desse lugar a outra ditadura;

Festejar o dia 10 de junho - Dia de Portugal das Comunidades Portuguesas e Camões, fica bem ser o dia da Festa Nacional e de Grande Gala;

Festejar o dia 5 de Outubro de 1910 - dia da Implantação da República, que por conta do regicídio ocorrido, os monarcas não festejam;

Festejar o 1 de Dezembro de 1640 - Dia da Restauração da Independência, quando os portugueses recuperam a soberania que havíamos perdido para Espanha 60 anos antes, que festejam os monarcas com a proclamação de D. João IV, Rei de Portugal.

De facto a história, por conta do PS, pode repetir-se a cada momento e tempos que vivemos, de grande agitação social, só me vem à memória a letra da canção revolucionária, cuja letra é paradoxalmente atual e real: - só há liberdade a sério/ quando houver/ A paz, o pão, habitação/ Saúde, e educação;

Aos olhos dos socialistas em festa, fanáticos, o dia 19 de abril, data da fundação do seu partido na Alemanha, a Bancada do PSD, diz-lhe que devem rever a visão e missão que têm para Portugal, pois, não tem sabido multiplicar a liberdade e afirmar a democracia, quando em 50 anos de poder democrático, levou Portugal 3 vezes a perder a sua soberania, que partidos radicais que encontravam em fase embrionária, encontrassem o ambiente político favorável, para a sua ação.

Contra eles, porque não aprendem e não têm vergonha, vamos Portugal festejar sim, o dia 25 de Abril de 74, conjuntamente e sem reserva, o dia 17 de maio de 2014, o dia da conclusão do programa de ajustamento, sem necessidade de um segundo resgate ou de um programa cauteloso, permitindo a Portugal recuperar uma vez mais a sua soberania.

O dia 17 de maio de 2014, fim do programa de ajustamento, epopeia última vivida pelos portugueses, é o maior dia da história do Portugal contemporâneo, que honrou Abril.

Assim, é verdade - “Os homens passam e a Nação fica”.

Para terminar, permitam-me evocar *Fernando Pessoa*:

*“Quem te sagrou criou-te português*

*Do mar e nós em ti nos deu sinal*

*Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez,  
falta cumprir-se Portugal!”*

Este é o nosso desígnio: cumprir-se Mirandela, cumprir-se Portugal.

Viva o 25 de Abril de 74.

Viva Mirandela.

Viva Portugal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandelenses.

“Hoje, 25 de Abril, é um dia muito especial para todos nós, portugueses. O dia mais especial da nossa história recente. Há 49 anos, ocorreu a Revolução dos Cravos, que marcou o início de uma nova era de liberdade e democracia em Portugal. Este é um momento que devemos celebrar e recordar com orgulho. O momento em que saímos das trevas e que assumimos uma luz que, não obstante as dificuldades nos continua a guiar. Uma sociedade igualitária, mais justa e que permitiu, e continua a permitir um aumento de oportunidades. Apesar dos inevitáveis espinhos, os progressos na saúde, educação, emprego e justiça, são inegáveis.

Uma luz de solidariedade, distribuição, respeito e trabalho.

É um orgulho fazer parte duma sociedade que há quase 50 anos, revolucionou um país. A minha geração, que com um trabalho difícil, soube muito bem seguir os passos daqueles que corajosa e abnegadamente foram capazes de fazer frente ao “Estado Novo” têm hoje em dia o legado, dever e a obrigação de relembrar, dia após dia, onde estávamos e onde estamos. Temos a obrigação e o dever de o fazer, para salvaguardar o futuro dos nossos descendentes!

Durante a longa noite da ditadura, nas trevas escuras, muitos anónimos por este país fora tentaram, umas vezes sós, outras vezes em pequenos grupos clandestinos fazer alguma moessa no “gigante”. Amigos e familiares de todos os que estão aqui hoje! O que parecia impossível de quebrar foi definhando. Nas aldeias, vilas, cidades, indústrias, quartéis e universidades era óbvio que o regime ia cair! Só restava saber quando e como! A crise académica de 1969, era apenas o prenúncio do que estava por vir!

O Partido Socialista, nos seus recém-cumpridos 50 anos de existência, e como o maior partido político português, teve, tem e continuará a ter uma grande responsabilidade na construção da nossa democracia. *Mário Soares* e todos os que estavam com ele estavam no dia 19 de abril de 1973, na cidade alemã, tem o seu nome gravado de forma ímpar na nossa história. A nossa história partidária confunde-se com a história da liberdade em Portugal.

Durante os primeiros anos da democracia, o Partido Socialista teve um papel importante na construção de um Estado de direito e na defesa dos direitos e liberdades fundamentais. O PS foi o grande precursor da Constituição de 1976, que estabeleceu os princípios fundamentais da nossa democracia e promoveu uma série de reformas sociais importantes, como a reforma agrária, a nacionalização dos setores estratégicos da economia e a criação do Serviço Nacional de Saúde. Continua e continuará sempre a trabalhar para honrar Abril.

Senhor Presidente e Senhores Secretários

Senhora Presidente e Senhores Vereadores

Senhores Deputados:

Nunca podemos esquecer o passado sob pena de hipotecarmos o futuro.

A nossa realidade enquanto órgão ou enquanto estrutura local era radicalmente diferente.

O 25 de Abril revolucionou também a vida das instituições locais.

Antes do 25 de Abril de 1974, a nossa estrutura do poder autárquico era bastante limitada e controlada pelo regime.

As autarquias locais eram consideradas órgãos de caráter consultivo e limitavam-se a prestar serviços básicos. Além disso, a mesma estrutura era caracterizada por uma forte centralização e pela ausência de eleições democráticas. Os autarcas eram nomeados pelo Governo central, em vez de serem democraticamente eleitos pelos cidadãos, o que limitava a sua independência e a capacidade de representar os interesses das suas comunidades.

Há um ano, nesta mesma ocasião teci aqui, algumas considerações e algumas preocupações que me pareciam, à data, da maior importância: Tínhamos acabado de sair da pior situação pandémica do último século, cujas consequências eram, e continuam a ser hoje, completamente desconhecidas. Tinha acabado de começar uma guerra que não se sabia, e infelizmente continua a não se saber, o quanto ia demorar e as consequências políticas, estratégicas, militares, económicas e humanas que iria provocar.

A emergência pandémica terminou! A guerra infelizmente continua!

Há uma inflação galopante derivada de vários fatores, um dos quais a mesma guerra, que tem dificultado em muito a vida às famílias e aos empresários portugueses, mas a nossa vida local também tem de continuar. E da forma mais natural e neutral que se possa fazer. Porque localmente também temos desafios muito grandes a cumprir.

O desafio da descentralização de competências para as autarquias locais é enorme e pode ser um momento chave. A descentralização pode ter efeitos positivos, como a melhoria da eficiência, da proximidade e da qualidade dos serviços públicos prestados, bem como uma maior participação cívica e responsabilidade local. No entanto, também pode ter efeitos negativos, como a desigualdade na prestação de serviços em diferentes áreas geográficas e a descoordenação entre diferentes níveis de governo.

Para reduzir esses efeitos negativos da descentralização, é fundamental que haja uma estratégia clara e coerente para a transferência de competências e recursos para as autarquias locais. Essa estratégia deve incluir uma avaliação cuidadosa das mesmas competências a serem transferidas, dos recursos necessários ao seu cumprimento e da capacidade para as autarquias locais assumirem essas novas responsabilidades.

Além disso, é importante que haja um processo de diálogo e negociação entre os diferentes níveis de governo e as autarquias locais, de forma a haver uma transferência harmoniosa e progressiva de competências e recursos. Deve ser estabelecido um sistema de monitorização e avaliação contínuo para garantir que a transferência dessas competências está a ser realizada de forma adequada e que está a atender às necessidades das diferentes comunidades locais.

Cabe-nos a todos, independentemente da cor política, fazer a nossa parte.

Hoje também é um dia para refletirmos sobre os nossos desafios atuais e futuros, especialmente em relação à responsabilidade dos eleitos locais. Como membros da sociedade civil, todos temos o dever de escolher os nossos representantes locais com sabedoria e, uma vez eleitos, esperar que desempenhem as suas funções com integridade e responsabilidade.

Os eleitos locais têm assim, uma responsabilidade enorme para com a comunidade que representam, pelos serviços públicos de qualidade e por promover o desenvolvimento local.

É fundamental que atuem de forma transparente e responsável, prestando contas aos cidadãos sobre as suas ações e decisões. Esta Assembleia tem sido um extraordinário exemplo dessa responsabilidade, dessa discussão e dessa abertura, à sociedade local. É importante que nos envolvamos mais nas questões locais, dando o nosso *feedback* e monitorizando as ações praticadas. Não nos podemos negar ao nosso desígnio. Os nossos eleitores não nos perdoariam se assim o fizéssemos.

Temos a responsabilidade de nos concentrarmos no que é realmente importante e de trabalhar para melhorar a vida das populações.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao refletirmos sobre o nosso futuro, é importante reconhecer os desafios que enfrentamos. Temos a responsabilidade de proteger o nosso meio ambiente, promover a igualdade e combater a pobreza. Manter o bom que aqui temos! Criar formas de atrair pessoas e serviços! Garantir que as nossas comunidades sejam seguras, saudáveis e prósperas. Acolhedoras e dignas de respeito.

No entanto, o caminho a percorrer não é fácil. Temos de lidar com questões como a mudança climática, a escassez de recursos naturais, o despovoamento acelerado do interior e o envelhecimento da população. A ascensão de forças não democráticas que não pertencem no nosso seio.

Para enfrentar esses desafios, é necessário um esforço coletivo de quem cá está por bem. Precisamos trabalhar juntos como comunidade, apoiando-nos uns aos outros e colaborando para encontrar soluções viáveis. Precisamos estar disponíveis para mudar e adaptar-nos às novas realidades e a explorar novas formas de inovação e empreendedorismo. Temos de olhar mais para a floresta de todos, ao invés de olharmos para a erva daninha do canteiro vizinho. Construir ao invés de destruir! Ser políticos responsáveis ao invés de politiquinhos. Só assim conseguiremos evoluir ao invés de subsistir.

Caros amigos. O 25 de Abril de 1974 deve servir como uma inspiração para todos nós. Devemos ser gratos pelas liberdades que temos e devemos trabalhar arduamente para protegê-las e fortalecê-las. Escudá-las e cimentá-las perante estes acinzentados tons de revivalismo que surgem! Conosco não passarão!

É importante que, não obstante continuarmos a lutar pela nossa liberdade e pelos nossos direitos, todos nos lembremos que com a liberdade vem a responsabilidade. Uma grande responsabilidade em garantir que as nossas liberdades e direitos sejam protegidos e respeitados.

Façamos disso o nosso desígnio diário! Todos os dias do nosso mandato. Todos os dias da nossa vida.

Viva Mirandela.

Viva o 25 de Abril.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União das Freguesias, excelentíssimas Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, excelentíssimos convidados, Comunicação Social, Público presente e *online*, mirandenses.

“Agradeço a vossa presença nesta Sessão Solene, que honra esta data histórica que aqui comemoramos. Celebramos os 49 anos da Revolução de Abril, acontecimento que marca o início de uma profunda mudança da nossa sociedade. Que nos trouxe valores como a Liberdade, a Democracia. Valores verdadeiramente impulsionadores do desenvolvimento, da fraternidade, da equidade, do respeito pelos outros, do direito à diferença, da solidariedade. O 25 de Abril trouxe-nos a renovada esperança por uma vida melhor.

Para que nunca esqueçamos o dia 25 de Abril de 1974, e a Democracia que lhe sucedeu, estamos aqui, hoje, nesta Sessão Solene. Dia que celebra uma das criações de Abril, o poder local autónomo e democrático, e nos permite estar em Liberdade, como representantes eleitos do povo do nosso concelho. Liberdade da qual já não prescindimos e que, por isso, temos o dever de preservar e cuidar.

No dia 25 de Abril conquistamos direitos fundamentais. Como eleitos, legítimos representantes das populações respetivas, temos a superior responsabilidade e dever de, pelo exemplo da nossa postura, do nosso comportamento e ação política na defesa dos interesses do nosso concelho, da nossa região e do nosso país de ser um exemplo para toda a comunidade, honrando o voto de quem nos elegeu.

O 25 de Abril consagrou o poder local como o coração da democracia, tornando-se o rosto humanizado do poder. Poder local que deve evoluir com crescente autonomia em capacidade de decisão. Essa autonomia deve constituir um desígnio de superior importância estratégica nacional, seja na resposta aos problemas das populações, seja no processo de consolidação da própria democracia.

Um poder local com visão e ação regional, interventivo na identificação e procura de soluções sobre as questões essenciais das suas populações: na saúde, educação, habitação, segurança, em políticas de criação de emprego, na implementação de projetos de desenvolvimento. Um poder local, capaz de atenuar e corrigir desigualdades e assimetrias entre e dentro das próprias regiões.

Senhoras e Senhores Deputados

Somos um povo capaz de se suplantarmos perante os maiores desafios e dificuldades. Uma democracia desenvolvida e plena de afirmação, avalia-se pela forma como respeita os valores de cidadania, a diferença de opiniões, garante os direitos e liberdades dos outros, e também como trata os mais frágeis e desfavorecidos.

A pandemia COVID-19 constitui uma memória ainda recente e viva. Como país soubemos responder aos enormes desafios que enfrentamos. A resposta à pandemia trouxe à superfície o melhor de nós, e revelou-nos também vulnerabilidades e fraquezas. Constituiu uma excelente oportunidade de reflexão, sendo naturalmente, uma oportunidade de melhoria e de mudança.

Na memória recente da pandemia, está o papel determinante do SNS, alavancado pelo contributo fundamental do poder local. Tal como em vários domínios do conhecimento, fomos capazes de ser referência, entre os melhores. Como aqui referi há um ano, a pandemia condicionou e antecipou oportunidades de mudança.

Há ainda grande dificuldade em assegurar equidade no acesso do cidadão a cuidados primários, o tecido hospitalar é ainda muito assimétrico na relação litoral / interior e, por vezes, redundante na oferta assistencial qualificada ao doente.

Em nome dos valores de Abril, em nome do cidadão, temos, como uma das suas maiores conquistas, de lutar por um SNS competitivo, dinâmico, ágil e flexível, implementando modelos de gestão e organização capazes de gerir recursos sempre escassos e caros, fornecendo-os aos que mais necessitam.

Um SNS capaz de motivar e fixar nos seus quadros, profissionais de elevada qualificação, atualmente muito atraídos por instituições privadas e, não raramente, estrangeiras que lhes garantem melhores condições de trabalho, de progressão técnica, científica e reconhecimento.

Como alguém responsável afirmou “o SNS não é uma questão de saúde, é uma questão de direitos humanos”.

Nos 49 anos de Abril, vivemos numa realidade e num tempo necessariamente diferente. As sociedades estão em rápida mudança e transformação. Às portas da Europa, mantém-se uma guerra sem fim à vista, com consequências em todo o mundo. Os equilíbrios geopolíticos pós II Guerra Mundial, são cada vez mais delicados e frágeis. Por força da evolução das sociedades, do processo da globalização, e por força de lideranças, até algum tempo impensáveis.

Segundo alguns, vivemos num mundo cada vez mais desigual. As alterações climáticas estão à vista de todos, constituindo talvez um dos maiores desafios que a humanidade irá enfrentar na sua história, se não se inverter este ciclo evolutivo. Felizmente, sobretudo nas novas gerações, há cada vez mais consciência e sensibilização para as questões da preservação da natureza.

Sopram ainda fortes ventos de intolerância, radicalismo e xenofobia, mesmo dentro do espaço europeu.

O ambiente político atual, parece evoluir para um clima de radicalização, intolerância, caracterizado por uma indesejável e atípica confrontação política, que me parece pouco saudável.

Em determinadas circunstâncias, esse ambiente é apoiado e alimentado pelo papel nocivo, qual cloaca máxima, das redes sociais, onde se discutem questões acessórias, frequentemente sob a forma de trivialidades, criando um ambiente de grande agressividade, promotor e alimentador do populismo e radicalização.

Esta ecologia tem um efeito principal, não sobre os governos, que vão e vêm, mas sobre o interior e âmago da própria democracia, como a principal fonte alimentadora do populismo.

Na sociedade contemporânea, a diversos níveis, enfrentamos novos desafios num momento em que a velocidade de produção e circulação de uma certa informação é impressionante. A consistência e veracidade dessa informação é cada vez mais discutida. Alguns rotulam-no como o mundo da pós-verdade. Não importa que seja verdade, mas pareça que o é.

O conceito de que a democracia tudo aguenta é, por isso, falso e perigoso. O aperfeiçoamento e solidificação da Democracia precisa de ser defendida todos os dias. Todos temos o dever e a responsabilidade de a preservar e consolidar. Através da qualidade do nosso trabalho, pelo nosso exemplo. Evitando o que alguns designam como toxicidade da ação política. Este ambiente de toxicidade caracteriza-se pelo clima persecutório, pela manipulação, pela politização panfletária de alguma comunicação social, pelos duplos critérios, pelos assuntos irrelevantes, triviais, banais e acessórios em detrimento da discussão e resolução dos problemas essenciais, estruturais e relevantes para as pessoas.

Como afirmou um historiador e cito: “*gerando um ambiente de permanente excitação, em que predomina o pathos e perde o logos*”. Fim de citação.

Nos 49 anos de Abril, parece existir um crescente processo de divórcio entre as forças políticas e a sociedade. As instituições políticas, parecem, não poucas vezes, falhar para com os seus cidadãos. São perceptíveis as fragilidades de instituições públicas que suportam o nosso modelo de sociedade. Existe a perceção generalizada da desvalorização e desqualificação no exercício de funções em cargos de responsabilidade, e que têm enorme impacto na vida das pessoas. A ascensão, dentro do aparelho de estado ou do aparelho partidário, de gente sem verdadeira experiência profissional, sem verdadeira experiência de vida, de qualificação questionável, frequentemente colocada ao sabor de qualquer ciclo político ou partidário dominante, parece ser realidade. É apenas uma questão de tempo, até emergir a incompetência, a mediocridade. E que causa um enorme dano ao país.

É, por isso, necessário que sejamos uma democracia cada vez mais exigente, e que a política, a política exercida com ética democrática, seja cada vez mais atrativa aos melhores de nós.

Somos os eleitos locais. As nossas responsabilidades para com as populações que nos elegeram são diretas e intransmissíveis. O Poder Autárquico Democrático foi, é e continuará a ser uma das mais importantes, bonitas e relevantes conquistas de Abril.

Enquanto cidadãos temos a responsabilidade de defender e lembrar sempre Abril. Enquanto eleitos temos a responsabilidade acrescida de o aprofundar.

Aprofundar Abril nas autarquias, é abrir novos e constantes horizontes, melhorar respostas, motivar os cidadãos à participação ativa, é criar condições para que as pessoas se revejam nas suas instituições e dar-lhes espaço para o sonho construindo a realidade.

Para nós, eleitos locais, abril não se esgota no dia 25, Abril é um gesto diário, coletivo, de trabalho constante e consistente.

Lembrar Abril é fazer cada vez melhor. E perceber que atrás de cada cidadão existe uma pessoa concreta, uma história, uma memória, e existe também uma ambição. Respeitar a história, pessoal e coletiva, é concretizar essa ambição.

Aos eleitos locais, cabe a tarefa de agir diária e diretamente para as pessoas, com as pessoas e pelas pessoas.

Pertencço a uma geraçõ que viveu o 25 de Abril e os tempos que se seguiram, de forma ativa e plena. Uma geraçõ que tolerou e se adaptou o melhor possível, a uma navegaçõ muitas vezes incerta e inconsequente. Mas juntos construímos um país melhor, mais justo, livre e democrático. Um país que tem urgência numa sociedade ambiciosa, de elevado nível de exigência, onde os cidadãos tenham um papel politicamente cada vez mais interventivo e participativo. Uma sociedade que transforme os erros, em oportunidades de mudança e melhoria.

Comemorar o 25 de abril é comemorar também o Portugal de vocaçõ europeísta, atlântica, de expressã cultural e linguística lusófona. Um Portugal que respeita direitos humanos. É comemorar um país aberto ao mundo, a novos horizontes.

A existência desta Assembleia Municipal só é possível porque aconteceu o 25 de Abril.

Comemorar o 25 de Abril é celebrar um país livre, democrático, justo e solidário. É celebrar a autodeterminaçõ do povo português.

É celebrar um povo cada vez mais livre e esclarecido.

É celebrar e homenagear todos aqueles que lutaram para que hoje estivéssemos aqui, neste ambiente responsável e plural, a honrar os princípios fundacionais da nossa democracia representativa.

É também lutar e trabalhar por um Portugal moderno, ambicioso e desenvolvido. Com tolerância, com paz e Democracia.

O dia 25 de Abril de 2023 tem de ser, de novo, à semelhança do dia 25 de abril de 1974, o dia da esperançã para todos nós.

Viva o 25 de Abril

Viva Mirandela

Viva Portugal."

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela dimensã e latitude das palavras com que nos brindou, nesta fase final das intervenções. E permitam-me também felicitar todos os intervenientes dos Grupos Municipais pela riqueza dos discursos proferidos nesta Assembleia Solene do 25 de Abril, pois, através dos seus diferentes pontos de vista e posições distintas no olhar político, prestaram assim, a melhor homenagem a este dia de 25 de Abril, que é a liberdade em si e a liberdade de expressã, com que estas intervenções aqui foram proferidas, assinalando esta data efeméride.

Antes do encerramento por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal desta Sessã Solene do 25 de Abril da Assembleia Municipal, gostaria de convidar todos os presentes a acompanharem o Hino Nacional.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Agradeço a todos a vossa presençã. E desejo-vos um bom dia do 25 de Abril.


----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redaçõ, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessã, eram 13 horas e 15 minutos.


O Presidente da Assembleia Municipal;

  
Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;

  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

  
José António Costa Ferreira